

PROCESSO DE PROMOÇÃO 2023 DAS CLASSES DE ESPECIALISTA AMBIENTAL - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL.

EDITAL N.º 09/2025.

PROVA OBJETIVA.

CLASSE: ESPECIALISTA AMBIENTAL II P/ ESPECIALISTA AMBIENTAL III.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Não será permitido ao candidato realizar as provas usando óculos escuros, (exceto para correção visual, ou fotofobia, desde que informe no ato da inscrição), ou portando aparelhos eletrônicos, (mesmo desligados), celular, qualquer tipo de relógio, chaves, carteira, bolsa, acessórios que cubram o rosto, a cabeça, ou parte desta.
2. Será eliminado deste Concurso Público, o candidato que fizer uso do celular e/ou aparelho eletrônico, no local onde está ocorrendo o mesmo; o candidato cujo celular e/ou aparelho(s) eletrônico(s), mesmo desligado(s), emitir(em) qualquer som, durante a realização das provas. No decorrer de todo o tempo em que permanecer no local, onde ocorre o Concurso Público, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ativá-lo, somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.
3. **Sob pena de ser eliminado deste Concurso Público**, o candidato poderá manter em cima da sua carteira apenas lápis, borracha, caneta, um documento de identificação, lanche, (exceto líquido). **Outros pertences**, antes do início das provas, o candidato deverá acomodá-los **embaixo de sua cadeira**, sob sua guarda e responsabilidade.
4. Confira se sua prova tem **64 questões**, cada qual com **05 alternativas**.
5. Verifique seus dados no cartão-resposta, (nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu), **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica, (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente, do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Caberá apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A Prova Objetiva terá duração máxima de **3h30min.**, (**três horas e trinta minutos**), incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá retirar-se do local da prova somente **1h**, (**uma hora**), após seu início, levando o caderno de prova.
11. Ao terminar sua prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido, assinado e retirar-se do recinto, onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
12. Os **3**, (**três**), candidatos que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

1. Conforme consta no art. 23 da Constituição Federal de 1988, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos é:

- a) Competência somente da União e dos estados.
- b) Competência privativamente dos estados.
- c) Competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Competência privativamente à União..
- e) Caracterizado como bens da União, por isso devem ser resguardados e mantidos intocáveis.

2. Segundo o art. 37 da Constituição Federal os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos:

- a) Brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, porém, estes dependem de uma prova de proficiência em Língua Portuguesa.
- b) Somente os brasileiros e estrangeiros naturalizados.
- c) Brasileiros e estrangeiros aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, somente.
- d) Brasileiros dependem de concurso público e de preencher os requisitos estabelecidos em lei. Os estrangeiros dependem de concurso público e prova de proficiência em Língua Portuguesa.
- e) Brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

3. De acordo com o art. 225 da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a melhor solução técnica definida pelo responsável da atividade.
- b) O Poder Público tem o dever de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e atividades de baixo impacto ambiental a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de licenciamento ambiental.
- c) O Poder Público tem o dever de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.
- d) O Poder Público tem o dever de exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, o licenciamento ambiental, não sendo obrigatório dar publicidade.
- e) O Poder Público tem o dever de acelerar os processos ecológicos das espécies e ecossistemas para sua recomposição o mais rápido possível.

4. São princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei n.º 6.938/1981), exceto:

- a) Ação governamental na manutenção do equilíbrio do meio ambiente, considerando os recursos ambientais como patrimônio a ser cuidado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, necessitando apenas de licenciamento ambiental.
- b) Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive à Educação da Comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

- c) Acompanhamento do estado da qualidade ambiental.
- d) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- e) Controle e zoneamento das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras.

5. Assinale a alternativa correta a respeito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental - SEAQUA, segundo a Política Estadual do Meio Ambiente, (Lei Estadual n.º 9.059, de 20 de março de 1997 e suas alterações).

- a) Os Órgãos Setoriais são responsáveis pelo licenciamento ambiental das atividades que usem e explorem recursos ambientais, além de controlar os métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente.
- b) Os Órgãos Locais são as entidades municipais, responsáveis pelo controle, manutenção e ordenamento territorial, somente nas suas áreas de atuação.
- c) O Poder Público Federal tem a finalidade de escolher as entidades que serão responsáveis por executar e fiscalizar a administração da qualidade ambiental.
- d) A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, (SMA), é o órgão central e tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar, controlar, como órgão estadual, a Política Estadual do Meio Ambiente, bem como as diretrizes governamentais fixadas para a administração da qualidade ambiental.
- e) Os Municípios somente poderão estabelecer normas supletivas e complementares às normas federais e estaduais, quando exigidas pelo Poder Público.

6. Segundo a Lei Estadual n.º 10.261/1968, que institui o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, assinale a alternativa que não apresenta uma forma de preencher os cargos públicos.

- a) Transferência e acesso.
- b) Reversão e nomeação.
- c) Nomeação e reintegração.
- d) Aproveitamento e readmissão.
- e) Concurso público e prova de títulos.

7. Segundo a Lei Estadual n.º 10.261/1968 que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, são deveres do funcionário, exceto:

- a) Cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho.
- b) Ser assíduo e pontual.
- c) Proceder na vida pública na forma que dignifique a função pública, entretanto, a privada não interfere no trabalho e/ou cargo público.
- d) Guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências.
- e) Desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido.

8. Não é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, (Lei 6.938/1981):

- a) A racionalização do uso de recursos ambientais.
- b) A avaliação de impactos ambientais.
- c) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- d) O zoneamento ambiental.
- e) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.

9. No âmbito do procedimento administrativo ambiental, instituído pelo Decreto Estadual n.º 64.456/2019, o Atendimento Ambiental deve ser compreendido como:

- a) Etapa restrita à discussão do valor da multa ambiental.
- b) Instrumento destinado apenas à formalização do pagamento da penalidade.
- c) Fase recursal destinada à revisão da penalidade aplicada.
- d) Procedimento facultativo exclusivo para infrações de baixo potencial poluidor
- e) Mecanismo procedimental voltado à solução consensual das obrigações decorrentes da infração ambiental, antes do prosseguimento contencioso do processo.

10. A Resolução Estadual SIMA n.º 05/2021, estrutura o Regime de Responsabilização Administrativa Ambiental, a partir do pressuposto de que a infração ambiental:

- a) Exige, para sua configuração, a demonstração de dolo específico.
- b) Depende de prévia advertência administrativa ao infrator.
- c) Está condicionada à existência de prejuízo econômico mensurável.
- d) Somente se caracteriza quando comprovado dano ambiental irreversível.
- e) Decorre da prática de ação ou omissão que viole normas de proteção ambiental, independentemente, da ocorrência de dano concreto.

11. O Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites, (MAIS), instituído pela Resolução SMA n.º 92/2018, fundamenta-se no entendimento de que:

- a) O monitoramento por satélite substitui integralmente as ações de fiscalização em campo.
- b) O monitoramento limita-se às unidades de conservação estaduais.
- c) O projeto possui caráter, exclusivamente, experimental.
- d) O uso sistemático de imagens orbitais constitui instrumento permanente de apoio à fiscalização e ao controle ambiental.
- e) Sua utilização restringe-se à análise de áreas, previamente, licenciadas.

12. A respeito do Auto de Infração Ambiental, conforme disciplinado pelo Decreto Estadual n.º 64.456/2019, é correto afirmar que:

- a) Somente produz efeitos após homologação por autoridade judicial.
- b) Deve conter elementos suficientes para individualizar o autuado, descrever objetivamente a conduta infracional e indicar o respectivo enquadramento normativo.
- c) Possui natureza meramente informativa, sem efeitos jurídicos imediatos.
- d) Pode ser lavrado sem indicação do dispositivo legal violado.
- e) Prescinde da descrição detalhada dos fatos, quando houver dano ambiental evidente.

13. No tratamento das condutas infracionais previsto na Resolução SIMA n.º 05/2021, a graduação das sanções administrativas observa, de forma integrada:

- a) A gravidade da infração, os antecedentes do infrator e as circunstâncias atenuantes ou agravantes.
- b) O porte econômico do empreendimento, de forma isolada.
- c) Exclusivamente o valor econômico do dano causado.
- d) Apenas a reincidência específica do infrator.
- e) A natureza jurídica do autuado.

14. Em conformidade com os arts. 35 a 38 do Código Florestal, o controle e o acompanhamento da exploração de produtos florestais baseiam-se no entendimento de que:

- a) A comprovação da origem legal é requisito indispensável para o transporte e a comercialização desses produtos.
- b) A regularidade presume-se quando houver nota fiscal.
- c) O controle é facultativo para produtos de baixo valor econômico.
- d) A fiscalização ocorre apenas no local de extração.
- e) A responsabilidade pela origem limita-se ao transportador.

15. De acordo com a lógica normativa da Resolução SMA n.º 92/2018, a identificação de alterações ambientais por meio do Projeto MAIS:

- a) Substitui o auto de infração ambiental.
- b) Serve como subsídio técnico para orientar a atuação dos órgãos ambientais competentes.
- c) Dispensa a instauração de procedimento administrativo próprio.
- d) Produz, por si só, sanção administrativa automática.
- e) Equivale à comprovação definitiva de infração ambiental.

16. No contexto do controle da origem de produtos florestais, previsto no Código Florestal, o Documento de Origem Florestal, (DOF), tem por finalidade principal:

- a) Regular, exclusivamente, produtos florestais de origem exótica.
- b) Assegurar a rastreabilidade e a regularidade da origem dos produtos e subprodutos florestais de origem nativa.
- c) Autorizar, automaticamente, a supressão de vegetação nativa.
- d) Substituir o licenciamento ambiental das atividades florestais.
- e) Dispensar a fiscalização ambiental durante o transporte.

BIODIVERSIDADE.

17. Com base nos arts. 1º a 5º, da Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, (SNUC), assinale a alternativa correta.

- a) O SNUC constitui-se pelo conjunto de unidades de conservação instituídas pelo Poder Público nas esferas federal, estadual e municipal, tendo como objetivos, entre outros, a manutenção da diversidade biológica, a proteção de ecossistemas naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável, observadas diretrizes que asseguram a participação da sociedade e das populações locais na gestão dessas áreas.
- b) As unidades de conservação integrantes do SNUC destinam-se, exclusivamente, à preservação integral da natureza, sendo vedadas quaisquer formas de uso sustentável, manejo ou atividades humanas, ainda que compatíveis com os objetivos de conservação.
- c) As diretrizes do SNUC afastam a possibilidade de envolvimento de organizações não governamentais, entidades privadas e populações tradicionais na criação e na gestão das unidades de conservação, atribuindo tais funções exclusivamente ao Poder Público.
- d) O conceito de conservação da natureza, adotado pela Lei do SNUC, restringe-se à proteção passiva dos ecossistemas, excluindo expressamente ações de restauração, recuperação ambiental ou utilização sustentável dos recursos naturais.
- e) O SNUC é composto apenas por unidades de conservação federais, cabendo aos

estados e municípios atuarem, exclusivamente, como entes fiscalizadores, sem competência para criarem ou gerirem unidades próprias.

18. De acordo com a Lei n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, (SNUC), as unidades de conservação são organizadas em grupos e categorias conforme seus objetivos de manejo e uso dos recursos naturais. Considerando-se essa sistemática, assinale a alternativa verdadeira.

- a) As Unidades de Proteção Integral têm como finalidade principal a preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais, incluem, entre suas categorias, a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre.
- b) As categorias de Parque Nacional e Monumento Natural integram o grupo das Unidades de Uso Sustentável, em razão da possibilidade de visitação pública e exploração turística controlada.
- c) As Unidades de Uso Sustentável destinam-se, exclusivamente, à preservação integral dos ecossistemas, vedando qualquer forma de utilização dos recursos naturais, ainda que de maneira indireta.
- d) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação não estabelece distinção entre objetivos de preservação e de uso sustentável, cabendo ao órgão gestor definir, livremente, o regime aplicável a cada unidade.
- e) O grupo das Unidades de Proteção Integral admite o uso direto e econômico dos recursos naturais, desde que compatível com os objetivos da unidade e previsto em plano de manejo.

19. Nos termos da Lei n.º 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, a definição da vegetação primária e da vegetação secundária em seus diferentes estágios de regeneração observa critérios técnicos estabelecidos por órgão ambiental competente. Em conformidade com essas disposições, assinale a alternativa correta.

- a) A distinção entre vegetação primária e secundária depende, exclusivamente, da idade estimada da área e do histórico de uso antrópico, sendo irrelevantes os aspectos fisionômicos e florísticos.
- b) A definição dos estágios de regeneração da vegetação do Bioma Mata Atlântica é competência exclusiva dos órgãos ambientais estaduais, sem participação de instâncias nacionais.
- c) A caracterização da vegetação primária e da vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração é realizada a partir de parâmetros estruturais e florísticos, definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, que permitem avaliar a composição, a organização e o grau de desenvolvimento da formação vegetal.
- d) A avaliação dos estágios de regeneração considera apenas elementos do dossel arbóreo, sendo desnecessária a análise do sub-bosque e da serapilheira.
- e) A classificação da vegetação nativa baseia-se, unicamente, na presença de espécies raras ou endêmicas, independentemente da estrutura da formação vegetal.

20. De acordo com o art. 2º, da Lei Estadual n.º 13.550, de 2 de junho de 2009, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo, assinale a alternativa certa.

- a) A caracterização do Bioma Cerrado depende de prévio enquadramento cartográfico

específico, sendo inaplicável a áreas não mapeadas formalmente pelo Estado.

b) Apenas as áreas oficialmente declaradas como unidades de conservação integram o Bioma Cerrado para fins de aplicação da Lei Estadual n.º 13.550/2009.

c) Para fins de aplicação da Lei, considera-se Bioma Cerrado o conjunto de formações vegetais nativas caracterizadas por diferentes fisionomias, reconhecidas por critérios ecológicos e florísticos, independente do estágio de conservação ou regeneração da vegetação.

d) O Bioma Cerrado, para efeitos legais, restringe-se às áreas com vegetação primária intacta, excluindo-se formações secundárias ou em regeneração.

e) A definição legal do Bioma Cerrado baseia-se, exclusivamente, em critérios climáticos, não sendo considerados aspectos florísticos ou fisionômicos da vegetação.

21. Conforme o art. 1º, da Lei Federal n.º 12.651/2012, que institui o Código Florestal Brasileiro, indique a alternativa correta quanto à finalidade da política de proteção da vegetação nativa.

a) Disciplinar, prioritariamente, a exploração econômica da vegetação nativa, assegurando a ampliação da produção agropecuária em todo o Território Nacional.

b) Criar regras voltadas apenas à preservação da Biodiversidade, afastando qualquer relação com a função social ou econômica da propriedade rural.

c) Estabelecer normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa, das áreas de preservação permanente e da reserva legal, disciplinando o uso econômico do solo de forma compatível com o desenvolvimento sustentável.

d) Estabelecer normas aplicáveis somente às áreas rurais consolidadas, anteriormente, à entrada em vigor da legislação florestal vigente.

e) Regulamentar, exclusivamente, a gestão das florestas públicas federais, limitando a aplicação da lei às áreas formalmente inseridas em unidades de conservação ambiental.

22. Com fundamento no Decreto Estadual n.º 66.549, de 7 de março de 2022, que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA e cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PPSA, em consonância com a Lei Federal n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021 e o disposto nos arts. 1º ao 5º do Decreto, determine a alternativa correta.

a) A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais é implementada por meio do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, coordenado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, integrado a políticas ambientais estaduais estratégicas, conta com Comitê Consultivo permanente e de caráter consultivo, voltado ao acompanhamento e ao aperfeiçoamento do programa.

b) O Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais possui como finalidade central a compensação financeira pela captura de carbono, sendo vedada sua aplicação a ações relacionadas à Biodiversidade, aos recursos hídricos ou ao solo.

c) A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais é executada prioritariamente pelos municípios, cabendo ao Estado apenas a função de financiador das ações voltadas à provisão de serviços ecossistêmicos.

d) A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais é executada de forma autônoma em relação às demais políticas ambientais estaduais, não havendo previsão normativa de integração com programas de mudanças climáticas ou de regularização ambiental.

e) O Comitê Consultivo do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais

possui natureza deliberativa, competindo-lhe instituir modalidades de pagamento por serviços ambientais no âmbito da política estadual.

23. De acordo com a Resolução SMA n.º 32/2014, especialmente os arts. 1º e 2º, que tratam do objeto da norma e das definições aplicáveis aos Projetos de Restauração Ecológica no Estado de São Paulo, marque a alternativa correta.

- a) A restauração ecológica corresponde à intervenção humana intencional em ecossistemas degradados ou alterados, destinada a desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica, podendo resultar em condição não degradada distinta da original.
- b) A recomposição ecológica exige a restituição do ecossistema, exatamente, à sua condição original, não sendo admitida variação estrutural ou funcional em relação ao estado anterior.
- c) A restauração ecológica restringe-se à recomposição integral da condição original do ecossistema, sendo vedada qualquer forma de intervenção humana que acelere a sucessão natural.
- d) A condição não degradada caracteriza-se apenas pela presença de espécies nativas, independente da manutenção da estrutura ecológica ou da autossustentabilidade do ecossistema.
- e) O projeto de restauração ecológica é instrumento exclusivamente de execução, dispensando etapas formais de planejamento e monitoramento dos resultados alcançados.

24. Qual alternativa está em conformidade com os arts. 3º e 4º, da Resolução SMA n.º 32/2014, que dispõem sobre o campo de aplicação da norma e a competência para validação e verificação dos Projetos de Restauração Ecológica?

- a) A competência para verificar o cumprimento dos Projetos de Restauração Ecológica é única e centralizada, não variando conforme a natureza da exigência ou da fonte de recursos.
- b) A validação dos Projetos de Restauração Ecológica é atribuída, exclusivamente, à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, independentemente da origem da exigência ou do financiamento.
- c) A validação e a verificação do cumprimento dos Projetos de Restauração Ecológica competem à CETESB, quando exigidos para licenciamento ambiental, ao órgão emissor da exigência nos casos de reparação ou compensação ambiental e ao agente técnico do fundo, quando financiados com recursos públicos.
- d) Os Projetos de Restauração Ecológica financiados com recursos públicos estão dispensados de validação, desde que aprovados, previamente, pelo responsável técnico do projeto.
- e) A validação dos Projetos de Restauração Ecológica cabe sempre ao restaurador, desde que este seja proprietário ou possuidor do imóvel objeto da intervenção ambiental.

USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE.

25. De acordo com a Instrução Normativa n.º 10/2011, do IBAMA, qual é a proibição estabelecida no art. 6º para o Criador Amador de Passeriformes?

- a) O criador amador não pode possuir mais de 40 aves em seu plantel.
- b) O criador amador não pode possuir mais de 50 aves em seu plantel.

- c) O criador amador não pode manter empreendimento(s) de outras categorias de criação de fauna, que possuam as mesmas espécies autorizadas, no mesmo endereço indicado no registro.
- d) O criador amador não pode transferir aves para outro criador amador.
- e) O criador amador não pode participar de torneios de canto com suas aves.

26. Segundo o art. 7º da Instrução Normativa n.º 10/2011, do IBAMA, qual das ações é expressamente proibida ao Criador Amador de Passeriformes, sob pena de revogação da autorização e outras sanções?

- a) Realizar a transferência de aves para outro criador amador autorizado.
- b) Renovar a autorização de criação anualmente.
- c) Renovar a autorização de criação mensalmente.
- d) Participar de exposições e torneios de canto com autorização prévia do IBAMA.
- e) Vender, oferecer para venda, exportar ou transmitir a terceiros para fins econômicos passeriformes, ovos ou anilhas.

27. Segundo a Resolução CONAMA n.º 489/2018, o que estabelece o seu art. 1º?

- a) Define as categorias de atividades ou empreendimentos e estabelece critérios gerais para a autorização de uso e manejo em cativeiro da fauna silvestre e exótica.
- b) Determina as espécies de fauna que podem ser consideradas em risco de extinção.
- c) Disciplina o comércio internacional de espécimes da fauna silvestre e da fauna exótica.
- d) Estabelece normas de transporte interestadual de espécies da fauna silvestre.
- e) Define multas e sanções para infrações relativas ao uso de espécimes da fauna silvestre e exótica.

28. De acordo com o art. 5º, da Resolução CONAMA n.º 489/2018, a propriedade de quais animais não se insere em quaisquer das categorias de atividades e empreendimentos tratadas no artigo anterior?

- a) Animais de estimação.
- b) Animais exóticos.
- c) Animais silvestres.
- d) Animais de zoológico.
- e) Animais em risco de extinção.

29. De acordo com o art. 1º, da Resolução SEMIL n.º 09/2025, qual das alternativas apresenta, corretamente, um dos conceitos definidos por esse artigo?

- a) Animal sob cuidados humanos: indivíduo pertencente à fauna silvestre ou fauna exótica mantido em ambiente artificial promovido pelo homem e dependente de cuidados humanos.
- b) Animal de cria comercial : indivíduo pertencente à fauna silvestre ou exótica nascido em cativeiro para fins econômicos, podendo ser vendido sem registro.
- c) Hospital veterinário de fauna: é sinônimo de clínica veterinária para fins de manejo de fauna silvestre.
- d) Visitação pública: é definida como qualquer atividade de observação de animais em unidades de conservação.
- e) Fauna doméstica: é qualquer espécie animal introduzida pelo homem em ambiente natural, excetuadas espécies de pequeno porte.

30. Segundo o art. 2º, da Resolução SEMIL n.º 09/2025, qual das seguintes

alternativas representa, corretamente, uma categoria de empreendimento de fauna sujeita à autorização regulada nessa norma?

- a) Propriedade rural para uso recreativo de fauna sem autorização.
- b) Hospital veterinário que atende, exclusivamente, animais domésticos.
- c) Centro de soltura de animais fora de área autorizada.
- d) Produtor rural de fauna silvestre sem finalidade de alienação ou manejo técnico.
- e) Estabelecimento comercial de partes, produtos e subprodutos da fauna silvestre ou da fauna exótica.

31. De acordo com o art. 2º, da Resolução SIMA n.º 115/2022, qual das definições está, corretamente, relacionada às adotadas para aplicação desta Resolução?

- a) Coleta: obtenção de espécime da fauna silvestre ou exótica que exclui a remoção de indivíduos de seu habitat natural.
- b) Condição de sinantropia: situação em que a fauna silvestre ou exótica permanece, exclusivamente, em unidades de conservação federais ou estaduais.
- c) Fauna doméstica: conjunto de organismos animais mantidos em vida livre e considerados de interesse humano.
- d) Captura: qualquer forma de observação de animais em vida livre com registro fotográfico para fins científicos.
- e) Controle de espécies silvestres: utilização de métodos mecânicos, químicos ou biológicos para reduzir populações de espécies em desequilíbrio que causam prejuízo ao meio ambiente ou à saúde pública.

32. De acordo com a Resolução Conjunta SEMIL/SES n.º 01, de 26 de junho de 2023, que trata sobre a febre maculosa, o que seria uma Área silenciosa?

- a) Aquela que apresenta frequência de população humana, pesquisa acarológica positiva para carrapatos do gênero *Amblyomma* e presença de animais que sejam hospedeiros primários.
- b) Aquela onde, após realização de pesquisa acarológica, não tenham sido encontrados carrapatos do gênero *Amblyomma*.
- c) Aquela para a qual não existam informações sobre a ocorrência do vetor. Nestas áreas, a avaliação de risco de parasitismo humano por carrapatos deve ser estimulada.
- d) Aquela para a qual existam informações sobre a ocorrência do vetor. Nestas áreas, a avaliação de risco de parasitismo humano por carrapatos não deve ser estimulada.
- e) Aquela onde não é permitido fazer barulho.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

33. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global é um documento histórico, elaborado pela sociedade civil durante a Rio-92, que estabelece princípios e diretrizes para uma Educação Ambiental crítica, holística e transformadora. À luz desse documento, assinale a alternativa que melhor expressa problemas associados ao modelo de civilização dominante, caracterizado pela superprodução e pelo superconsumo de uma parcela da sociedade, em contraste com o subconsumo e a falta de condições de produção vivenciados pela maioria da população.

- a) Aumento da pobreza, diminuição da degradação humana, ambiental e da violência.
- b) Diminuição da pobreza, aumento da degradação humana, ambiental e da violência.

- c) Aumento da pobreza, da degradação humana, ambiental e da violência.
- d) Diminuição da pobreza, da degradação humana, ambiental e da violência.
- e) Equalização salarial entre as classes, recuperação ambiental e diminuição da violência.

34. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global compreende que a crise socioambiental está associada à erosão de valores fundamentais, à alienação e à reduzida participação da maioria dos indivíduos na construção de seu próprio futuro. Diante desse contexto, o documento destaca a necessidade de que as comunidades planejem e implementem alternativas às políticas vigentes. Assinale a alternativa que melhor expressa essas propostas, de acordo com o Tratado.

- a) Necessidade de redução parcial dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus efeitos pouco satisfatórios sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.
- b) Necessidade de criação de mais programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, cujos efeitos são positivos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.
- c) Necessidade de ampliação regional dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus incriveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.
- d) Necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.
- e) Necessidade de intensificação na abrangência dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus efeitos positivos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.

35. A Resolução SMA n.º 187/2018 define princípios gerais que devem orientar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no Sistema Ambiental Paulista. Assinale a alternativa correta, conforme o texto normativo.

- a) A abordagem fragmentada dos problemas ambientais, priorizando soluções setoriais.
- b) A utilização da Educação Ambiental como instrumento meramente informativo, sem compromisso com a transformação social.
- c) A compreensão da Educação Ambiental como um processo educador estruturante, contínuo, de caráter crítico e orientado pela complexidade das questões socioambientais.
- d) A limitação da Educação Ambiental ao espaço escolar e às ações de ensino formal.
- e) A neutralidade política da Educação Ambiental, afastando-a das políticas públicas e da participação social.

36. A participação da sociedade civil é um dos elementos previstos na implementação do Programa Estadual de Educação Ambiental. Conforme o art. 8º, do Decreto n.º 69.581/2025, essa participação deve ocorrer por meio de:

- a) Procedimentos administrativos internos, sem abertura à participação popular.
- b) Atuação exclusiva de instituições de Ensino Superior credenciadas.
- c) Campanhas informativas unilaterais, sem diálogo com a sociedade..
- d) Consultas públicas e mecanismos de participação social definidos em ato conjunto das Secretarias responsáveis.
- e) Fóruns técnicos restritos a especialistas indicados pelo Poder Público.

37. No âmbito da Política Estadual de Educação Ambiental, o fortalecimento de instâncias coletivas e de articulação institucional é considerado estratégico para ampliar a participação social e a efetividade das ações educativas. Tendo como referência os objetivos estabelecidos na Lei n.º 12.780/2007, assinale a alternativa que melhor expresse essa diretriz.

- a) A priorização de ações individuais de Educação Ambiental, em detrimento da organização coletiva e da cooperação institucional.
- b) A limitação da atuação dos grupos organizados à execução de atividades previamente definidas pelo poder público.
- c) A substituição das instâncias coletivas por estruturas administrativas formais, com caráter exclusivamente governamental.
- d) A centralização das ações de Educação Ambiental em órgãos técnicos especializados, a fim de assegurar maior uniformidade metodológica.
- e) A participação da sociedade na discussão das questões socioambientais fortalecendo o exercício da cidadania e o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética.

38. O art. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e atribui ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Considerando-se o disposto no § 1º, inciso VI, assinale a alternativa que melhor expressa o papel da Educação Ambiental previsto no texto constitucional.

- a) Atribuir ao Poder Público a responsabilidade pela preservação ambiental.
- b) Dispor da Educação Ambiental como assunto obrigatório no Ensino Fundamental da rede de ensino.
- c) Direcionar o foco da Educação Ambiental às futuras gerações, centralizando seu ensino nos Níveis Básico e Fundamental da Educação.
- d) Promover a Educação Ambiental nos Níveis Médio e Superior de Ensino e incentivar a conscientização da sociedade como forma de garantir a preservação do meio ambiente.
- e) Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e incentivar a conscientização da sociedade como forma de garantir a preservação do meio ambiente.

39. A Lei n.º 9.795/1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Ela dispõe que a Educação Ambiental integra o processo educativo mais amplo e constitui direito de todos, distribuindo responsabilidades entre diferentes atores sociais. À luz do art. 3º da referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) As instituições educativas devem tratar a Educação Ambiental como componente específico e autônomo, desvinculado dos programas educacionais por elas desenvolvidos.
- b) Os meios de comunicação de massa podem limitar sua atuação à divulgação eventual de informações ambientais, sem a obrigação de incorporar a dimensão ambiental em sua programação regular.
- c) A Educação Ambiental deve ser promovida de forma articulada entre o Poder Público, as instituições de ensino, os órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente, os meios de comunicação, o setor produtivo e a sociedade, envolvendo ações educativas contínuas voltadas à conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
- d) Compete, exclusivamente, ao Poder Público definir e executar políticas de Educação Ambiental, cabendo aos demais setores da sociedade atuação, meramente, complementar.

e) A responsabilidade da sociedade restringe-se à participação em ações corretivas, não abrangendo a formação permanente de valores, atitudes e habilidades relacionadas à prevenção de problemas ambientais.

40. O Programa Nacional de Educação Ambiental, (ProNEA), orienta que a Educação Ambiental deve adotar uma abordagem sistêmica, capaz de integrar as múltiplas dimensões da problemática ambiental contemporânea, bem como reconhecer a importância da descentralização espacial e institucional na formulação e implementação das políticas públicas. Considerando-se essas diretrizes, assinale a alternativa que expressa corretamente esse entendimento.

- a) Centralização das decisões sobre Educação Ambiental em instâncias federais, visando à uniformização das políticas no Território Nacional.
- b) Organização das ações educativas de forma setorial, restringindo a análise ambiental a áreas específicas do conhecimento.
- c) Priorização dos aspectos naturais do meio ambiente, com tratamento pontual das dimensões sociais e culturais.
- d) Restrição da participação social aos órgãos governamentais, em razão de sua capacidade técnica.
- e) Desenvolvimento de práticas educativas que articulem diferentes dimensões da realidade e promovam a participação de diversos atores sociais na formulação e execução das ações de Educação Ambiental.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL.

41. Conforme o Zoneamento Ecológico Econômico, estabelecido no Estado de São Paulo, uma das nove Zonas de Gestão é caracterizada por apresentar maior vulnerabilidade em relação à Diretriz de Segurança Hídrica e maior potencialidade na Diretriz de Redução das Desigualdades Regionais. Essa descrição refere-se à zona que compreende:

- a) A Região Administrativa de Registro.
- b) A Região Administrativa de Santos.
- c) A Região Metropolitana de São Paulo.
- d) A Região Administrativa de Campinas.
- e) As Regiões Administrativas de Araçatuba e São José do Rio Preto.

42. Como deve ser composto cada Grupo Setorial de Coordenação, responsável por elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico nos setores costeiros?

- a) Exclusivamente por técnicos do governo estadual.
- b) Por representantes indicados pelos órgãos federais de meio ambiente.
- c) Por metade de representantes do setor empresarial e a outra composta por representantes do setor governamental.
- d) Em porcentagens iguais de representantes do Estado, das Prefeituras locais e da Sociedade Civil organizada.
- e) Por maioria de representantes do setor empresarial, com atividades na região.

43. Qual dos itens é listado como um dos instrumentos do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro para atingir seus fins?

- a) Licenciamento ambiental simplificado.

- b) Criação de unidades de conservação de proteção integral.
- c) Concessão de incentivos fiscais.
- d) Fomento à pesquisa e inovação na área de pesquisa da oceanografia.
- e) Zoneamento Ecológico-Econômico.

44. Conforme disposto no Relatório de Qualidade Ambiental, (RQA), de 2024, sobre os desafios ambientais e a estrutura institucional do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- a) Os principais desafios ambientais de São Paulo, como a poluição hídrica e a perda de biodiversidade, não possuem relação com o modelo de desenvolvimento econômico e industrial do Estado, sendo tratados de forma isolada pela SEMIL.
- b) O Instituto de Pesquisas Ambientais, (IPA), foi criado em 2023, juntamente com a SEMIL, para centralizarem todas as pesquisas sobre recursos hídricos e saneamento básico no Estado.
- c) A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, (SEMIL), foi criada a partir da fusão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente com a Secretaria de Logística e Transportes, possui entre suas entidades vinculadas a SABESP e a CETESB.
- d) A SEMIL é dividida em cinco subsecretarias, sendo uma delas a Subsecretaria de Biodiversidade e Florestas, responsável pela gestão da Fundação Florestal.
- e) O Relatório de Qualidade Ambiental, (RQA), é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública e tem como principal finalidade subsidiar operações do Comando de Policiamento Ambiental.

45. De acordo com os objetivos apresentados sobre a Rede ZEE-SP, em sua Nota Técnica, qual destes representa um dos objetivos destacados?

- a) Fomentar, exclusivamente, a criação de polos tecnológicos, sem considerar a integração com políticas ambientais.
- b) Centralizar todas as decisões de planejamento territorial no Governo Estadual, sem articulação com instâncias municipais.
- c) Definir metas de uso do solo, baseadas, apenas, em indicadores econômicos de curto prazo.
- d) Documentar processos de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico e de outras políticas públicas de gestão ambiental e territorial.
- e) Estabelecer critérios de zoneamento voltados para a atração de investimentos externos.

46. O Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática, (PEARC). organiza suas ações estratégicas em eixos temáticos e transversais. Com base na sua estrutura, qual dos seguintes eixos é classificado como transversal, focando na distribuição equitativa dos benefícios e ônus das ações climáticas?

- a) Biodiversidade.
- b) Justiça Climática.
- c) Infraestrutura.
- d) Segurança Alimentar e Nutricional.
- e) Segurança Hídrica.

47. Considerando-se os objetivos fundamentais do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática, (PEARC) , qual das alternativas melhor descreve o conceito de Adaptação, conforme aplicado no plano?

- a) Transferir a responsabilidade pela ação climática, exclusivamente, para os municípios.
- b) Concentrar esforços apenas na mitigação futura das mudanças climáticas, sem considerar medidas de adaptação imediata.
- c) Reduzir a vulnerabilidade do Estado aos impactos das mudanças climáticas já em curso.
- d) Implementar medidas focadas apenas na redução das emissões de gases de efeito estufa.
- e) Priorizar o desenvolvimento de infraestrutura cinza, (obras de engenharia), em detrimento de soluções baseadas na natureza.

48. No contexto da implementação do Programa Município Verde Azul, (PMVA), em um município, qual é a função atribuída aos servidores designados como interlocutores?

- a) Conduzir, autonomamente, o processo de julgamento e ranqueamento final dos municípios participantes.
- b) Aplicar multas e sanções administrativas por descumprimento das metas ambientais.
- c) Coordenar a articulação entre os diversos Órgãos Públicos Municipais, o tratamento e envio das informações ao Governo do Estado.
- d) Substituir a atuação das Secretarias Estaduais na execução direta das políticas locais.
- e) Elaborar de forma independente todas as políticas ambientais municipais.

RECURSOS HÍDRICOS.

49. Ao analisar um pedido de autorização para uso de recursos hídricos, por empreendimento localizado no Estado de São Paulo, a administração pública deve observar os fundamentos e diretrizes estabelecidos pela Política Estadual de Recursos Hídricos. Com base nos arts. 1º ao 10, da Lei n.º 7.663/1991, marque a alternativa certa.

- a) A gestão dos recursos hídricos compete apenas ao Estado, não sendo admitida a participação dos municípios ou da sociedade civil.
- b) A lei estadual assegura o livre uso da água a qualquer interessado, independentemente de autorização, desde que não haja prejuízo ambiental imediato.
- c) A água é considerada bem de domínio público, dotado de valor econômico, devendo seu uso ser controlado pelo Poder Público com vistas à utilização racional e à garantia de sua disponibilidade para as atuais e futuras gerações.
- d) Os recursos hídricos subterrâneos não integram o sistema de gerenciamento estadual, estando excluídos das normas de controle e planejamento.
- e) O uso múltiplo das águas é vedado pela Política Estadual de Recursos Hídricos, que prioriza, exclusivamente, a preservação ambiental.

50. Durante a análise de um conflito entre usuários de um corpo hídrico federal, a autoridade administrativa deve aplicar, corretamente, os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, considerando sua finalidade e efeitos jurídicos. Conforme os arts. 5º ao 23, da Lei n.º 9.433/1997, assinale a alternativa correta.

- a) A outorga de direito de uso de recursos hídricos é instrumento da Política Nacional, não transfere a propriedade da água e pode ser suspensa nas hipóteses previstas em lei.
- b) O enquadramento dos corpos d'água em classes de uso destina-se, prioritariamente, à definição de valores de cobrança pelo uso da água.

- c) O plano de recursos hídricos tem aplicação restrita à União, sem vinculação aos demais entes e instâncias do sistema.
- d) O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos possui finalidade meramente estatística, sem repercussão na gestão.
- e) A cobrança pelo uso dos recursos hídricos substitui a exigência de outorga, desde que o uso esteja regularmente declarado.

51. No processo de constituição de uma Fundação Agência de Bacia Hidrográfica, o estatuto deve refletir as atribuições legais conferidas a essa entidade, de modo a viabilizar sua atuação no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Aponte a alternativa correta, em conformidade com o art. 4º, da Lei n.º 10.020/1998.

- a) Cabe à Agência acompanhar os usos da água na bacia, sem participação nos estudos técnicos que subsidiam o planejamento hídrico.
- b) A atuação da Agência concentra-se no apoio administrativo ao Comitê de Bacia, não abrangendo atividades relacionadas à gestão dos recursos hídricos.
- c) A participação da Agência na gestão da bacia ocorre de forma indireta, por meio de manifestações técnicas não vinculadas aos processos decisórios.
- d) A elaboração de diagnósticos sobre a situação hídrica da bacia é atribuição dos órgãos estaduais, podendo a Agência apenas consolidar informações existentes.
- e) Compete à Agência realizar estudos sobre as águas da bacia hidrográfica e atuar na gestão de seus recursos hídricos, em articulação com os órgãos e entidades integrantes do sistema.

52. Uma equipe técnica está preparando a minuta de regimento interno do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, (COFEHIDRO), precisa assegurar que as competências previstas em decreto sejam contempladas de maneira adequada. Considerando-se os arts. 6º a 9º, do Decreto n.º 48.896/2004, com as alterações introduzidas pelos decretos posteriores, assinale a alternativa verdadeira.

- a) Cabe ao Conselho executar diretamente as obras financiadas pelo FEHIDRO, conforme cronogramas aprovados pelos Comitês de Bacia, delegando apenas pareceres à Secretaria Executiva.
- b) Compete ao Conselho limitar o acesso de determinados segmentos ao uso de recursos financeiros da bacia, com base em critérios estabelecidos, exclusivamente, pela Secretaria Executiva.
- c) O Conselho atua apenas como instância consultiva, sem poder aprovar orçamentos ou planos plurianuais do Fundo.
- d) Entre as competências do Conselho de Orientação do FEHIDRO estão a aprovação dos critérios de prioridade para a aplicação dos recursos do Fundo, bem como a análise de relatórios sobre o desenvolvimento dos empreendimentos que recebem financiamento.
- e) A função do Conselho restringe-se a acompanhar a execução orçamentária, sem ingerência sobre a elaboração de manuais de procedimentos ou contratos de consultoria.

53. Durante reunião de um Comitê de Bacia, uma equipe técnica apresenta os fundamentos legais da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, conforme previsto na legislação estadual, destacando seus objetivos e funções no sistema de gestão. À luz dos arts. 1º e 2º, da Lei n.º 12.183/2005, identifique a alternativa certa.

- a) A cobrança tem como finalidade principal financiar a manutenção de obras hidráulicas estaduais, desvinculada dos planos de recursos hídricos das bacias.
- b) A cobrança aplica-se como mecanismo sancionatório aos usuários que descumprirem condições de outorga de direito de uso da água.
- c) A cobrança reconhece a água como bem público de valor econômico, busca incentivar o uso racional e sustentável e constitui instrumento de planejamento e gestão dos recursos hídricos.
- d) A cobrança tem por objetivo, exclusivamente, gerar receitas para custeio administrativo dos órgãos gestores de recursos hídricos.
- e) A cobrança destina-se, prioritariamente, compensar financeiramente municípios localizados em áreas de mananciais estratégicos.

54. Uma equipe técnica de um Comitê de Bacia Hidrográfica prepara a proposta de implantação da cobrança pelo uso da água em sua bacia, conforme regulamentação estadual. Para que essa implantação seja efetivada, é necessário observar etapas sequenciais previstas em decreto. Considerando-se a dinâmica institucional apresentada, marque a alternativa que melhor expressa o procedimento previsto em lei para a implantação da cobrança.

- a) A implantação da cobrança depende apenas do cadastro de usuários e da elaboração de planilhas de custos estimados pelo órgão gestor, independentemente de aprovação por instância colegiada.
- b) A única etapa obrigatória para implantação da cobrança por bacia é a deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica sobre os valores a serem cobrados.
- c) A implantação da cobrança por bacia depende, unicamente, da aprovação pela Agência de Bacias, não sendo necessária a participação do Conselho Estadual.
- d) A implantação depende, entre outros requisitos, da aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de limites e condicionantes, da existência de Plano de Bacias e da proposta de programas e valores a serem cobrados, aprovada pelo Comitê e referendada pelo Conselho Estadual.
- e) A implementação da cobrança pode ser feita, imediatamente, após a publicação de decreto estadual específico, sem necessidade de referência a planos de bacia.

55. Em um processo de elaboração de plano de recursos hídricos, técnicos precisam identificar, corretamente, o sistema de classificação dos corpos d'água para aplicarem as diretrizes ambientais pertinentes. Considerando-se o disposto na Resolução CONAMA n.º 357/2005, arts. 3º e 4º, para resolver a problemática apresentada, aponte a alternativa que melhor descreve o critério adotado para classificar os corpos d'água no Território Nacional.

- a) A classificação de corpos d'água ocorre apenas para fins de lançamento de efluentes, não sendo considerada para delimitar seus usos preponderantes.
- b) As águas de melhor qualidade não podem ser utilizadas para usos menos exigentes, mesmo que não haja risco de prejuízo ambiental.
- c) A classificação depende, exclusivamente, do órgão gestor ambiental estadual, sem diretrizes nacionais a seguir.
- d) Os corpos d'água são classificados em diferentes classes conforme a qualidade necessária para seus usos preponderantes.
- e) Os corpos d'água são agrupados em dois grandes grupos — águas potáveis e não potáveis — independentemente dos usos específicos previstos em lei.

56. No processo de definição de uma política municipal de água, um técnico precisa classificar, corretamente, os conceitos básicos relacionados à água de reuso urbano, conforme a Deliberação CRH n.º 266/2022. Para resolver a situação apresentada, marque a alternativa que melhor reflete a definição legal de água de reuso prevista no art. 2º da Deliberação.

- a) Água de reuso para fins urbanos é produto originado de efluente líquido de estações de tratamento de esgoto sanitário de sistemas públicos, cujo tratamento atende aos padrões de qualidade estabelecidos para as modalidades definidas na deliberação.
- b) Água de reuso para fins urbanos é água de chuva coletada em áreas públicas e utilizada para irrigação sem qualquer tratamento adicional.
- c) Água de reuso é a de processo industrial reutilizada, exclusivamente, dentro das instalações da própria indústria, sem exigência de padrões de qualidade definidos.
- d) Água de reuso é qualquer água captada em corpos d'água superficiais que passe por tratamento físico antes de ser reutilizada sem diluição.
- e) Água de reuso para fins urbanos é qualquer água de enchimento de reservatórios, independentemente de sua origem e tratamento.

AGRICULTURA.

57. Um pequeno produtor rural busca o reconhecimento legal como agricultor familiar, para ter acesso a políticas públicas específicas. De acordo com a legislação, para ser enquadrado nessa categoria, ele deve atender, cumulativamente, a alguns requisitos fundamentais. Assinale a alternativa que lista, corretamente de forma completa, esses requisitos.

- a) Ser proprietário da terra há mais de uma década, empregar pelo menos dois funcionários registrados, obter mais de 70% da renda da atividade rural e participar de uma cooperativa.
- b) Residir no imóvel rural, possuir área de até dois módulos fiscais, utilizar, exclusivamente, mão de obra familiar e ter sua renda vinculada ao agronegócio.
- c) Não deter área maior que quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra da própria família, ter percentual mínimo da renda familiar originada do empreendimento e dirigí-lo com sua família.
- d) Possuir área de até quatro módulos fiscais, utilizar no mínimo 50% de mão de obra familiar, residir no município há mais de cinco anos e comercializar parte da produção em feiras locais.
- e) Explorar área de no máximo um módulo fiscal, usar apenas mão de obra familiar, comercializar a produção diretamente ao consumidor e não possuir outro emprego.

58. A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, (PEAPO), do Estado de São Paulo, tem como objetivo promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado. Com base na PEAPO, quais são as ações que o Estado poderá tomar para atingir seus objetivos e finalidades?

- a) Criar mecanismos que facilitem o uso e a comercialização dos recicláveis e reciclados em todas as Regiões do Estado.
- b) Criar e estimular a conectividade rural por meio do uso de tecnologias, de forma a integrar os trabalhadores rurais e todas as informações do campo, advindas de máquinas a sensores, e a promover o monitoramento relativo a plantios e a aplicações de insumos até a colheita, a fim de garantir assertividade nas tomadas de decisão.

- c) Eliminar subsídios, isenções e outros estímulos econômicos, financeiros, tributários e fiscais aplicáveis na importação, comercialização e produção de agrotóxicos.
- d) Intensificar as ações de formação e de informação da população, quanto aos riscos do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos, da contaminação do meio ambiente e dos riscos à saúde e quanto às diversas formas de acessos aos alimentos sem agrotóxicos.
- e) Estabelecer mecanismos de pagamento por serviços ambientais às agricultoras e aos agricultores da zona rural, urbana e periurbana com sistemas agroecológicos, de produção orgânica ou em transição agroecológica.

59. O Programa Agro Legal instituído no Estado de São Paulo possui como objetivo:

- a) Promover e reforçar o poder do Estado para a avaliação, o controle, a fiscalização e o monitoramento da comercialização, do uso e dos resíduos de agrotóxicos.
- b) O Estímulo à ampliação da rede e da infraestrutura de conexão de internet nas áreas rurais do País.
- c) Ampliar a utilização de técnicas de produção agropecuária no Brasil.
- d) Promover a regularização da reserva legal dos imóveis rurais no Estado de São Paulo.
- e) Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária no Estado de São Paulo.

60. Em relação às Áreas de Preservação Permanente, (APP), assinale a alternativa correta.

- a) Em áreas rurais consolidadas, é obrigatória a recomposição da vegetação de APP em uma largura mínima de 100 metros, independentemente do tamanho da propriedade.
- b) A vegetação em APP situada em área rural consolidada pode ser suprimida para qualquer finalidade, sem necessidade de autorização do órgão ambiental competente.
- c) É permitida a construção de habitações em áreas urbanas consolidadas localizadas em APP, independente de qualquer condição.
- d) A intervenção ou supressão de vegetação em APP somente será autorizada em caso de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, com as devidas medidas de compensação.
- e) A supressão de vegetação nativa em APP para atividades eventuais, ou de baixo impacto, está expressamente proibida, sem exceções.

61. A adesão ao Programa de Regularização Ambiental, (PRA), implica, para o proprietário ou possuidor rural, na obrigação de:

- a) Assumir o compromisso de recuperar, recompor ou compensar as áreas degradadas, conforme o termo firmado.
- b) Comercializar cotas de reserva ambiental, independente da localização do imóvel.
- c) Suspender imediatamente todas as atividades agropecuárias até a análise final do órgão ambiental.
- d) Elaborar e apresentar um plano de intervenção para supressão de toda a vegetação nativa existente.
- e) Realizar o cadastramento exclusivo no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, sem necessidade de vínculo estadual.

62. Observando-se as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, qual das alternativas apresenta todas as formas associativas de organização da

agricultura familiar?

- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa da Agricultura Familiar e Feiras Livres.
- b) Cooperativa Singular da Agricultura Familiar, Cooperativa Central da Agricultura Familiar e Associação da Agricultura Familiar.
- c) Associação de Produtores Rurais, Consórcios e Empresas de Arrendamento.
- d) Cooperativas, Organizações Não Governamentais Internacionais, Consórcios de Exportação e Associações Comunitárias.
- e) Empresas Agrícolas Familiares, Cooperativas, Sindicatos Rurais e Associações de Produtores.

63. De acordo com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, quem não serão cadastrados no CAF?

- a) As pessoas físicas e/ou jurídicas que realizam as suas atividades econômicas a partir de contratos de arrendamento de imóveis rurais.
- b) Os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.
- c) Os beneficiários que se enquadrarem nos requisitos para serem considerados como um agricultor familiar e empreendedor familiar rural.
- d) As demais UFPA, os empreendedores familiares rurais e as demais formas associativas de organização da agricultura familiar que explorem imóvel agrário em área urbana.
- e) Os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.

64. De acordo com o Programa de Regularização Ambiental, (PRA), no Estado de São Paulo, é correto afirmar sobre o processo de adesão:

- a) A adesão é realizada por meio de sistema eletrônico administrado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, mediante apresentação do PRADA.
- b) O prazo para adesão ao PRA, por meio de sistema eletrônico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e apresentação do PRADA, estendeu-se até 31 de dezembro de 2022.
- c) O Termo de Compromisso deve ser firmado pelo aderente antes da apresentação e homologação do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, (PRADA).
- d) O requerimento de adesão deve conter, obrigatoriamente, o plano de compensação ambiental, a ser homologado de imediato pela autoridade competente.
- e) A adesão ao PRA deve ser realizada presencialmente em unidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente até 31 de dezembro de 2021.

RASCUNHO.